

Desafios para a Investigação Social e
Económica em Moçambique

Carlos Nuno Castel-Branco

Conference Paper nº 07



*Conferência Científica Inaugural do IESE
"Desafios da Investigação Social e Económica em Moçambique Hoje"
Maputo, 19 de Setembro de 2007*

Desafios da Investigação Social e Económica em Moçambique

Carlos Nuno Castel-Branco¹

Caros conferencistas,

Quando ficou claro que o IESE seria finalmente criado, decidimos inaugurá-lo formal e publicamente com uma conferência científica subordinada ao tema genérico "Desafios da investigação social e económica em Moçambique hoje". Fizemos essa decisão por vários motivos importantes (além de outros motivos mais óbvios e menos grandiosos tais como, "conferências é o que institutos de investigação sabem, conseguem e gostam de fazer").

Primeiro, uma tal conferência permitir-nos-ia olhar criticamente para a prática e experiência de investigação social e económica sobre Moçambique, ou com relevância para Moçambique, e para o seu enquadramento regional e internacional. Poderíamos, deste modo, não só desenvolver um melhor conhecimento sobre o que a investigação social e económica nos retrata como história, nos mostra como evidência e como possíveis caminhos. Mais importante ainda, teríamos a oportunidade de discutir que perguntas estamos a fazer, que métodos estamos a usar, que abordagens estamos a construir e que questões é que essas perguntas, métodos e abordagens nos permitem enfrentar. Num certo sentido, estaríamos a fazer investigação social e económica sobre a investigação social e económica e, ao fazê-lo, estaríamos também a explorar, com mais rigor, perspectivas de pesquisa e desafios de para o futuro.

¹ Director do IESE. Intervenção de abertura da Conferência Científica Inaugural do IESE "Desafios da Investigação Social e Económica em Moçambique Hoje", realizada a 19 de Setembro de 2007 em Maputo.

Segundo, esta “investigação” sobre a experiência de investigação poderia fornecer uma base concreta em torno da qual se poderia estabelecer a colaboração e cooperação entre instituições de investigação e investigadores, numa rede dinâmica de conhecimento, investigação, capacidades e recursos que ficasse maior, melhor, mais potente e mais relevante que aquilo que seria uma simples soma de todos nós.

Terceiro, poderíamos contribuir para a construção de uma plataforma para divulgação, partilha e valorização da investigação social e económica com compromisso social.

Quarto, teríamos ainda a oportunidade de reflectir sobre quão relevante, dos pontos de vista social e académico, a pesquisa social e económica em Moçambique está a ser e o quanto ou quão pouco estamos a aprender e a ligar-nos com a região e com o Mundo.

Finalmente, esta era também uma forma de mostrar, à partida, o que é que o IESE é e quer ser: uma instituição comprometida com investigação social e económica pluralista, interdisciplinar, com enfoque no rigor e qualidade académica e na relevância e compromisso social do seu trabalho, aberta à colaboração e cooperação e dedicada a contribuir para o desenvolvimento das redes de investigadores e organizações de investigação associadas sobre Moçambique e o seu enquadramento na África Austral e no Mundo.

Caros conferencistas,

Para realizar esta conferência, lançamos um apelo para comunicações em volta do tema da conferência. O apelo foi distribuído dentro e fora do País e publicado na imprensa e em redes virtuais de investigação e investigadores sobre desenvolvimento social e económico. Na sequência deste apelo, recebemos mais de sessenta propostas de comunicações, das quais foram seleccionadas as quarenta e quatro que fazem parte desta conferência. Das quarenta e quatro comunicações seleccionadas, trinta são de investigadores Moçambicanos (das quais sete foram elaboradas em colaboração com investigadores estrangeiros) e catorze são de investigadores de universidades e instituições de ensino de fora do País. As comunicações provêm de um total de trinta departamentos de universidades e organizações de pesquisa de Moçambique e do exterior.

Destacam-se, entre outras, comunicações apresentadas por investigadores do IESE, de várias Faculdades, Centros e Departamentos da Universidade Eduardo Mondlane, da ACIPOL, do ISCTEM, da

DNEAP e do Cruzeiro do Sul (Moçambique); de vários Departamentos e Centros das Universidades de Witwatersrand, Rhodes, Cape Town, Stellenbosh e KwaZulu Natal, do HSRC e da ACCORD (África do Sul); das Universidades de Londres, Oxford e Sheffield (Inglaterra); do ISS (Holanda); e do Bretton Woods Project (EUA). Participaram, como co-autores de artigos, investigadores das Universidades de Copenhaga (Dinamarca), Amesterdão (Holanda) e Purdue (EUA).

Esta amostra de trabalhos de investigação não é nem completa, nem rigorosamente representativa da investigação social e económica feita em Moçambique, em relação com Moçambique ou com relevância directa para Moçambique. Mesmo não sendo completa e rigorosamente representativa, esta amostra pode ser indicativa de algumas tendências deste tipo de investigação e de desafios para o futuro. Vou debruçar-me sobre algumas destas aparentes tendências e desafios.

Primeiro, tanto a qualidade como, sobretudo, a quantidade de comunicações e instituições representadas excederam, de longe, as nossas melhores expectativas iniciais. O que é que isto nos diz? Será que ainda são poucas as oportunidades de exposição da investigação e dos investigadores, o que levou a que tantos aderissem a esta iniciativa? O que é que isto nos diz sobre a relevância não só de instituições como o IESE mas, sobretudo, da necessidade do desenvolvimento de redes de colaboração e cooperação científica entre investigadores e entre organizações de investigação e de plataformas comuns de partilha e de divulgação da investigação, tanto em Moçambique como na África Austral e resto do Mundo?

Segundo, cerca de oitenta e cinco por cento das comunicações apresentadas por investigadores Moçambicanos são de jovens nascidos depois da independência nacional (isto é, com 32 anos de idade ou menos). Este é um dado muito encorajador para o futuro da investigação social e económica, sobretudo devido à relevância e qualidade dos trabalhos apresentados, e um dos melhores indicadores de sucesso na promoção da investigação científica. Mas este dado também nos obriga a levantar algumas interrogações. O que estão a fazer os investigadores mais velhos? Deixaram de pesquisar? Porquê? Têm hesitações em apresentar o seu trabalho, ou em fazê-lo num ambiente, o IESE, ainda não conhecido? Porquê? Será que os jovens investigadores, ainda entusiastas, vão enfrentar os mesmos problemas e optar pelas mesmas soluções daqui a alguns anos? Será isto causado por um problema de enquadramento, de valorização e/ou de oportunidades de desenvolvimento como investigador? Que impacto isto terá sobre a qualidade, valorização e continuidade da pesquisa social e económica, sobre as

oportunidades de colaboração científica entre investigadores e instituições de investigação e sobre a sua relevância académica e social da investigação?

Terceiro, entre os investigadores Moçambicanos com comunicações nesta conferência, apenas 5 (17%) são mulheres. Entre os investigadores estrangeiros envolvidos, sete (40%) são mulheres. Será que estes números são de algum modo representativos? Será que tal número reflecte problemas no acesso ao ensino superior ou, antes, relacionados com expectativas sociais que afectam as ambições sobre o que fazer após a graduação no ensino universitário? Quais são as implicações deste problema para a qualidade e direcções da investigação social e económica, para a relevância social dessa investigação e para o desenvolvimento de uma cultura científica crítica na sociedade?

Quarto, todas as comunicações presentes nesta conferência são interessantes, relevantes e contribuem para esclarecer e/ou para levantar questões importantes. Existem, no entanto, alguns aspectos importantes que vale a pena explorar.

O grupo sobre temas macroeconómicos é o mais pequeno, tendo apenas cinco comunicações divididas por dois painéis. Dos cinco apresentadores, três são da mesma instituição, a DNEAP, um é do IESE e um é de uma Universidade Britânica. Será que isto quer dizer que há pouco interesse em pensar macroeconomia? Será um reflexo da pouca pesquisa que se faz em instituições académicas nacionais sobre temas económicos em geral? Será o resultado de duas décadas a viver com modelos rígidos e inquestionáveis de macroeconomia cada vez mais ortodoxamente monetarista, formalistas e irrelevante, de tal modo que pouco interesse há em pensar em questões macroeconómicas? Talvez haja pistas para pensar no facto que das cinco apresentações neste grupo apenas uma não é formalista nem ortodoxa, e esta provém de um investigador de uma Universidade estrangeira.

É interessante notar que algumas das questões chave para o pensamento e investigação macroeconómica, que são debatidas pela sociedade Moçambicana e reflectem problemas críticos da economia do País, não são sequer abordados. Por exemplo, não há comunicações a analisar dinâmicas de receita e despesa pública e o *nexus* entre despesa pública e investimento privado; padrões de investimento estrangeiro e nacional e a sua interacção e impacto nas dinâmicas da pobreza e do desenvolvimento económico e social; nada é discutido sobre emprego e sobre padrões de crescimento e desenvolvimento económico de longo prazo. Há uma comunicação sobre finanças públicas e políticas de

ajuda externa; mas é apenas uma, apesar de a totalidade da ajuda externa representar mais de 25% do PIB nacional, determinar o funcionamento do Estado, financiar a quase totalidade dos serviços públicos à população e ser uma das determinantes fundamentais dos padrões e dinâmicas da pobreza e do desenvolvimento económico e social.

Os dois principais recursos de financiamento em Moçambique, ajuda externa e capitais privados externos (investimento directo estrangeiro e empréstimos externos) praticamente não são discutidos. Continuamos a não pesquisar com detalhe o problema da dependência em relação à ajuda externa e como é que a podemos transformar em recurso para o desenvolvimento das capacidades produtivas necessárias para reduzir e eliminar a dependência externa estrutural.

Há 20 anos que os agentes económicos em Moçambique se queixam do sistema financeiro e das políticas monetárias. Praticamente não há nenhuma consultoria sobre investimento, seja em que área for, que não fale da dificuldade de acesso a financiamento. É pois, deveras interessante que não tenha surgido nenhuma comunicação que procure investigar a economia política do financiamento à economia de forma criativa e inovadora, fornecendo pistas para interrogações e soluções novas e diferentes.

Há alguns anos atrás, um alto dirigente do Banco Central terá declarado que enquanto a microeconomia de Moçambique ainda mostra deficiências, a macroeconomia está saudável. Do ponto de vista teórico e prático, que sentido faz uma afirmação deste tipo? Como é que a macro e a microeconomia interagem e estruturam – e/ou são estruturadas – pelas dinâmicas e padrões de acumulação e desenvolvimento mais gerais? Como é que, por exemplo, a estrutura e as dinâmicas produtivas e comerciais de uma indústria interagem com os padrões de estabilidade macroeconómica, e como é que as políticas macroeconómicas de estabilização afectam as opções e oportunidades para o investimento, produção e comércio?

Não é possível pensar Moçambique sem imediatamente equacionar a África Austral e o contexto internacional. Moçambique tem uma longa história de integração regional com forte impacto estruturante nas formações e dinâmicas económicas, sociais e políticas do País. Além disso, Moçambique tem uma das mais altas taxas de dependência de ajuda externa e de investimento estrangeiro em África. A expansão do capital sul-africano na região, no pós-apartheid, é marcante para muitos Países da região, com impactos provavelmente ainda mais dinâmicos e de longo prazo que as formas mais tradicionais de integração via trabalho migratório e serviços de transportes. Por isso, faz sentido que a análise sobre

Moçambique equacione o plano regional, e que também exista um grupo temático que se debruce sobre África Austral. Este grupo inclui temas extremamente actuais e relevantes como o impacto de dinâmicas de reestruturação industrial da África do Sul na região, turismo, trabalho migratório e redes de comércio, negociações comerciais com a União Europeia e a expansão da Índia e da China, e os impactos estruturantes que essas dinâmicas têm nas economias regionais. No entanto, nenhuma instituição nacional de investigação socioeconómica apresentou algum trabalho nesta área, nem sequer em forma de pesquisa colaborativa com organizações regionais, apesar de as dinâmicas regionais e internacionais serem tão cruciais para Moçambique. A perspectiva regional das dinâmicas de desenvolvimento em Moçambique foi incluída em temas tratados em outros grupos apenas em dois casos óbvios – exploração de recursos naturais e a investigação da estrutura da indústria transformadora.

Com as perspectivas de integração regional, criação da zona de comércio livre, rápida expansão económica da Índia e China, regionalização e globalização do capital sul-africano e peso do investimento estrangeiro em Moçambique, cada vez faz mais sentido pensar Moçambique do ponto de vista regional e internacional. Mas é óbvio que estamos muito longe de onde precisamos de estar, no que diz respeito ao estudo e à compreensão das dinâmicas regionais e internacionais de que fazemos parte.

O grupo temático sobre pobreza e desenvolvimento económico e social é o maior (com quinze apresentações) e, naturalmente, inclui uma grande variedade de temas de grande interesse, qualidade e relevância, estruturados e consolidados nos seus vários painéis. Cobre um vasto leque de questões, e os seus dois focos centrais são em torno da medição da pobreza e desenvolvimento rural (dois terços das comunicações). Inclui ainda comunicações sobre infra-estruturas e recursos naturais. Três comunicações interessantes abordam temas não usuais mas cruciais. Uma delas olha para as dinâmicas da composição da indústria transformadora. A outra discute dinâmicas de marginalização social relacionadas com diferenciação associada a conceitos de economia formal e informal. A terceira olha para a economia da terra e a pobreza e toca na questão das dinâmicas da pobreza relacionadas com as dinâmicas de acumulação económica. Que pistas para futura pesquisa nos vão trazer estas comunicações?

O primeiro painel deste grupo olha para dinâmicas de desenvolvimento com base em pesquisa sobre a questão agrária e rural. A variedade dos temas do painel é interessante mas ainda mais interessante será a confrontação de abordagens e metodologias. Neste painel discute-se uma das comunicações deste grupo com uma dimensão regional (África Austral). A análise sobre eficácia dos agregados familiares

rurais conclui que sementes não são o único factor de eficiência, o que é óbvio. Mais importante, a análise trata agregados familiares como unidades produtivas homogéneas e indiferenciadas e não enquadra a análise da sua eficácia nas dinâmicas e estratégias mais gerais de vida que incluem outras actividades além da agricultura (como, por exemplo, o trabalho assalariado). Assim, enquanto os agregados familiares talvez estejam mais preocupados com a eficácia e dinâmicas globais das suas estratégias diferenciadas de vida, os autores do artigo abstraem-se dessas dinâmicas e estratégias para se focarem na eficácia agrícola. Que lições podem ser tiradas desta análise?

As duas únicas análises interdisciplinares e heterodoxas da questão agrária e dos mercados de trabalho rurais, desenvolvidas em relação com o estudo da base social da produção, são apresentadas por investigadores de Universidades estrangeiras. Uma discute como é que a análise do trabalho mercantilizado e não mercantilizado pode esclarecer as dinâmicas de pobreza, diferenciação social e desenvolvimento, enquanto a outra, com enfoque no mercado de trabalho, discute as relações e condições de trabalho como determinantes das dinâmicas de pobreza e acumulação.

Num contexto de grande incerteza, ambiguidade e crise de identidade das estratégias de desenvolvimento agrário e sua relação com o resto da economia, é interessante que a única análise de pesquisadores locais sobre o tema é focada numa abordagem que poderá ter pouca relevância para pensar na questão agrária, pois não captura as dinâmicas sociais e económicas fundamentais dessa questão. Não será isto um indicativo da fraqueza da nossa pesquisa social e económica agrária e, portanto, um dos vários factores que explica as incertezas, ambiguidades e crise de identidade? O que é que podemos tirar do debate neste painel para o desenvolvimento da pesquisa social e económica sobre o desenvolvimento rural e agrário e da sua relação orgânica com a economia como um todo e as suas bases de acumulação?

Os estudos sobre a pobreza são sobretudo focados na medição e prometem um debate interessante e vivo: qual é a relação entre a economia política da terra e as dinâmicas de pobreza, acumulação e desenvolvimento? Quão fortes são os indicadores de projecção da pobreza? Estará a pobreza a diminuir? Como se comporta a pobreza no Centro e Norte de Moçambique? Apesar do interesse e qualidade destes trabalhos, continuamos a não tratar suficientemente da questão da vulnerabilidade social e das dinâmicas económicas e sociais da pobreza. Medimo-la, mas dificilmente a podemos entender fora da análise das suas dinâmicas. Claro que todos temos opiniões sobre a pobreza – desde os que dizem que a pobreza é causada por os camponeses serem preguiçosos até aos que a atribuem ao sistema de acumulação

económica e distribuição social, passando pelos que enfatizam a corrupção, a baixa escolaridade, etc. Contudo, ter uma opinião formada sobre um assunto é uma coisa, conhecer o assunto por via de cuidadosa investigação sobre as suas interacções relevantes é outra. A relevância deste assunto prende-se com a natureza das estratégias de desenvolvimento – se as dinâmicas da pobreza estiverem relacionadas com os padrões de acumulação e dinâmicas de organização do trabalho mercantilizado e não-mercantilizado, intensificação da actividade económica e social sem alterar tais padrões e dinâmicas pode intensificar a pobreza.

As comunicações sobre recursos naturais e sobre electrificação rural também levantam questões centrais de investigação, nomeadamente apontando para questões estratégicas como padrões dependentes de desenvolvimento, ligações dentro da economia, opções estratégicas no que diz respeito ao desenvolvimento rural.

O grupo temático sobre cidadania, participação política e governação é o segundo maior, com catorze apresentações. Tem dois grandes painéis especializados (análise da participação política e governação local) e dois painéis com maior variedade de temas. O da análise da participação política tem o potencial de ser muito interessante e crítico, com confrontação de metodologias e abordagens, que se reflectirá em diferença de interpretação de processos e fenómenos. Há muito para aprender neste painel, quer do ponto de vista metodológico, quer do ponto de vista da informação e da análise produzidas. No entanto, o debate sobre participação política ainda não presta a devida atenção às dinâmicas sociais e políticas e como é que elas se reflectem nas relações e processos políticos não formais, nas opções de desenvolvimento e na contestação e conflito que caracteriza a luta pela influência sobre as direcções de desenvolvimento e progresso. O debate ainda se situa muito ao nível das relações formais, frequentemente fictícias, entre partidos e outras organizações políticas formais. Por isso, análises tendem a focar-se na interpretação do significado do voto (relação formal) numa ou noutra organização formal, em vez de nos desafios e nas opções que estão em causa. Até que ponto é que o foco neste tipo de análise não contribui para tornar o debate político nacional mais estéril e menos relevante?

O painel que trata da governação local é muito actual e combina a análise da economia política da descentralização e planificação local com estudos de caso mais descritivos. No entanto, uma série de questões chave continuam por analisar: o financiamento da governação local, os desafios e opções reais de política e estratégia de desenvolvimento que se colocam, a relação dinâmica entre diferentes agentes

intervenientes e como é que tal relação afecta a natureza, desafios e oportunidades para a governação local, etc. Quer dizer, também a este nível é importante passar o foco da análise das relações entre organizações políticas opostas para a análise dos reais desafios e opções, e seu impacto nas dinâmicas de desenvolvimento e distribuição de rendimento.

Este grupo tratou de dois dos três temas que abordaram a questão do HIV/SIDA. Das três apresentações, duas foram propostas por investigadoras de Universidades estrangeiras e uma por jovens investigadores da UEM. Embora o HIV/SIDA seja um problema tão grande em Moçambique do ponto de vista de saúde pública (prevenção, combate, tratamento e assistência social), de perspectivas, desafios, oportunidades e opções de desenvolvimento e de dinâmicas da pobreza e distribuição de rendimento, este assunto ainda não recebe o tratamento que merece na investigação social e económica.

Igualmente, a questão do género foi introduzida na análise sistemática de desafios e opções de desenvolvimento apenas por uma apresentação, que demonstrou a validade analítica do conceito no estudo do trabalho não-mercantilizado e como é o conceito ajuda a entender as dinâmicas intra-familiares de poder, acumulação e distribuição de rendimento.

Quase todos os temas tratados são relevantes, mas os temas que não foram discutidos são pelo menos tão relevantes. O facto de muitos temas de extrema importância não estarem incluídos nas temáticas de pesquisa da conferência não quer dizer que tais temas não estejam a ser estudados. Certamente alguns deles estarão sendo tratados mas não foram reflectidos nos trabalhos propostos para a conferência.

Nenhuma instituição de pesquisa poderá tratar de todos estes temas e uma certa divisão de trabalho e complementaridade terá que ser construída. Este ponto levanta a necessidade de as instituições de pesquisa colaborarem na formação de plataformas comuns de partilha de informação, cooperação e colaboração que promova a complementaridade, as competências específicas e uma pesquisa de melhor qualidade e maior relevância.

Caros conferencistas,

A análise breve e superficial acabada de fazer sobre os temas da conferência levantam alguns pontos que podemos tentar estruturar como sendo os desafios principais para a pesquisa social e económica em Moçambique.

O primeiro desafio da pesquisa social e económica é garantir a sua relevância social. No espírito da *praxis*, a pesquisa social é uma forma de intervenção social através da qual a teoria, a análise e a acção se informam continuamente. A relevância social provém da oportunidade e alcance das temáticas, da adequação das abordagens e metodologias às questões a serem tratadas, da ligação entre a pesquisa e o ensino e de uma estratégia agressiva de publicação e debate.

O segundo desafio é manter o rigor teórico, metodológico e analítico, apesar da pressão para simplificar e para adoptar novas modas académicas e políticas que muitas vezes não têm muito fundamento. Resistir à atracção das novas modas – frequentemente restritas a linguagem e conceitos que só são politicamente correctos para quem os cria – e manter o rigor e a relevância analítica é um desafio de enormes proporções. Isto é particularmente importante quanto, muitas vezes, respeitar a moda é condição obrigatória para se obter financiamento.

O terceiro desafio está relacionado com o desenvolvimento de uma cultura e prática de colaboração, cooperação e partilha entre as instituições de pesquisa. Isto requer meios e recursos mas, acima de tudo, interesse e boa vontade. Em que aspectos podemos cooperar que nos torne mais fortes? Quem pode fazer o quê? Como podemos eliminar os receios e riscos de cooperar e aumentar as suas vantagens.

O quarto desafio está ligado com as relações com o poder. É necessário desmistificar o sentido de crítica social e investigação. Em muitas esferas da sociedade e do poder, o debate crítico, a contradição de ideias e abordagens, o surgimento de iniciativas não oficiais ou não controladas, a própria ideia da necessidade do estudo, são vistas com receio e como ameaça. Ideias diferentes são atacadas por serem diferentes e por não seguirem o cardápio oficial. Para além de outros factores de natureza política, isto é também reflexo da fraca cultura intelectual, científica e de crítica e debate em que o País ainda vive. Pior é quando a burocratização do pensamento se transforma em valor e em cultura e começa a penetrar em todas as esferas da sociedade, na educação, nas relações sociais, nas discussões de trabalho. A

mediocridade institucionaliza-se pois só esta é consistente com a recusa de estudar, de criticar, de explorar novas opções, de pensar e de perguntar a mais simples e básica de todas as perguntas: porquê?

O desenvolvimento é um desafio – desafio ao que está estabelecido, desafio às verdades que outrora foram inovações, desafio aos nossos limites e capacidades. Se todas as gerações tivessem seguido à letra os conselhos dos seus pais, ainda estaríamos na idade da pedra: não teríamos desafiado nada, nem o conhecimento estabelecido, nem a ignorância desconhecida, nem os valores, nem as expectativas e ambições. A sociedade não se desenvolve por repetição. O conhecimento não é propriedade privada de ninguém.

O estudo não é perda de tempo. Pode ser, mas não tem que o ser. Um famoso estadista disse que se lhe dessem oito horas para cortar uma árvore, usaria seis para afiar o machado. Em Moçambique, nós temos uma frase semelhante: a vitória prepara-se, a vitória organiza-se.

As organizações científicas têm que enfrentar o desafio da qualidade, do rigor e da relevância social. O poder político tem que aprender a desafiar-se a si próprio, a ouvir, a aprender e a desafiar as organizações científicas para que estas contribuam mais concretamente para o desenvolvimento social.

Como é evidente, pensar social e económico é pensar político. Todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o direito de pensar o seu País, a sociedade e os problemas a resolver, de pensar as soluções, de criar novas perspectivas e abordagens. De facto, todos os cidadãos, incluindo os cientistas sociais, têm o dever de contribuir para o desenvolvimento amplo da sociedade motivado por uma governação democrática, criativa e inclusiva. Isto é, todos os cidadãos têm o direito e o dever de pensar político. O Homem democrático é o produto da prática democrática; o cidadão é o produto da prática da cidadania.

Todos nós temos muito para aprender e muito para ensinar neste processo. O que importa é que queiramos ser parte dele com honestidade, com criatividade, com coragem e com determinação.

O IESE, e esta conferência científica, são mais um pequeno passo em frente nesta batalha pelo desenvolvimento democrático e progressista.



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz